

ESFERA PÚBLICA, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA NA SOCIEDADE ADMINISTRADA: UM DIÁLOGO COM HABERMAS, ADORNO, NEGTE E KLUGE

*Public Sphere, Bildung and Erfahrung in the Administered Society:
A Dialogue With Habermas, Adorno, Negt and Kluge*

ROBSON LOUREIRO*

robbsonn@uol.com.br

CARLOS ALBERTO SALIM LEAL*

cleal81@yahoo.com.br

Data de recebimento: 31 de março de 2021

Data de aceitação: 1º de setembro de 2021

RESUMO

No presente artigo buscaremos apresentar algumas notas sobre as mudanças constadas na esfera pública capitalista nas duas primeiras décadas do século XXI e suas consequências para a totalidade do processo social. Da identificação destas transformações se destaca a relação com os recentes processos de deterioração de um campo comum para o debate público, especialmente em sua dimensão política, tendo como objeto a tríade: esfera pública, formação e experiência, que sob as condições da esfera pública burguesa, reforça e reproduz a lógica autoritária implícita na sociedade capitalista liberal, ou, segundo Adorno: a sociedade administrada. Concluímos assinalando algumas possíveis alternativas para a constituição daquilo que, na tradição da teoria crítica se denominou, “contra esfera pública”.

Palavras-chave: esfera pública, Bildung, Erfahrung, Habermas, Adorno, Negt, Kluge.

ABSTRACT

This article aims to present notes about the changes verified in the capitalist public sphere, in contemporary society (first two decades of the 21st century)

* Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

and its consequences for the totality of the social process. From the identification of these transformations, its relationship with the recent deterioration processes of a common field for public debate stands out, especially in its political dimension, having as object the triad: public sphere, formation and experience that, linked to the public sphere bourgeois, reinforces and reproduces the authoritarian logic implicit in liberal capitalist society, or, according to Adorno: managed society. As a conclusion, we indicate the potential alternatives for the constitution of what, in the tradition of the debate of critical theory was characterized as “against public sphere”.

Keywords: public sphere, Bildung, Erfahrung, Habermas, Adorno, Negt, Kluge.

1 ESFERA PÚBLICA A PARTIR DE JÜRGEN HABERMAS

Parece ser notório que a noção de *esfera pública* ganhou status de tema autônomo a partir da exposição de Jürgen Habermas, presente naquele que provavelmente é seu livro de maior notoriedade: *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*, 1962). Apesar das controvérsias, é fato que Habermas foi próximo de Theodor Adorno, o principal ou talvez um dos principais expoentes do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, berço da Teoria Crítica da Sociedade. Esse fato fez com que Habermas fosse considerado um integrante da “segunda geração da Teoria Crítica”, categorização nem sempre aceita no metiér acadêmico. O contrário não acontece com os autores Alexander Kluge e Oscar Negt. Intelectuais decisivos para a argumentação que se deseja expor a seguir, em especial se considerarmos o livro escrito em parceria de *Öffentlichkeit und Erfahrung: zur Organisationsanalyse von bürgerlicher und proletarischer Öffentlichkeit* – sem tradução para o português (*Esfera Pública e Experiência: para a Análise da Organização da esfera pública burguesa e da Esfera pública proletária* como grafado por Campato, 2007).

Nascido em 1921, portanto uma geração anterior a Kluge e Negt, e tendo desfrutado de uma convivência mais aprofundada com a primeira geração da Teoria Crítica, em especial com Theodor Adorno e Herbert Marcuse, Jürgen Habermas se propôs a suprir aquilo que lhe parecia ser um déficit histórico presente nas obras mais famosas da primeira geração, em especial na *Dialética do esclarecimento*. Tomando como base a longa argumentação em torno da estruturação do processo de racionalização, que, como sabemos remete à gênese da *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1985) e sua dívida para com *História e consciência de classe* (1989) de Georg Lukács, Habermas problematiza o fechamento das possibilidades emanci-

patórias no interior da esfera pública, presentes na reflexão de Adorno e Horkheimer. Para tanto, remete à sua gênese no século XVIII e se lança então, a corrigir (o termo é forte, mas Habermas nunca teve reservas em enfatizar suas diferenças e discordâncias frente a Adorno e Horkheimer em a *Dialética do esclarecimento*) a exposição desenvolvida ali, fundamentalmente em termos conceituais e metafóricos, por uma exposição empírica e histórica (Habermas, 1984).

Habermas (1984) argumenta que, se por um lado era verdade que a perda da possibilidade de o proletariado se elevar a “sujeito-objeto” da história por conta do avanço do fenômeno da reificação verificado no capitalismo tardio e a consequente fragmentação das formas de consciência e de socialização que reafirmavam a subordinação da esfera da cultura ao princípio do domínio técnico presente na produção, por outro lado, a autonomização gradual da cultura frente às esferas privadas de produção e consumo de bens materiais que marcou o período que se estende do século XVIII ao início do século XX fez com que esta fosse substancializada com uma lógica própria de existência, diferente daquela da produção.

Essa investigação das condições empíricas para a construção de uma esfera pública autônoma orienta Habermas para uma averiguação das condições históricas nas quais a cultura foi investida de uma autonomia relativa, tanto em relação ao Estado, quanto à esfera econômica. Remete-se então à noção kantiana de esfera pública como lugar de um “uso público da razão” e recorre a uma “hegelianização” do fenômeno, quando se vale da noção de “espírito objetivo”, porém não mais dotando este de uma existência ontológica própria e sim entendendo o desenvolvimento do mesmo como um corolário das sucessivas transformações ocorridas no âmbito da cultura. A esfera pública aparece assim como um conjunto de proposições a combinar consensos que se articulam em seu interior com um *modus operandi* próprio que se desenvolve historicamente. Nos termos de Wolfgang Leo Maar:

“Na obra de Habermas a *Öffentlichkeit*, a esfera pública como configuração do espírito objetivo, da cultura referida à realidade socioeconômica, passaria por um trajeto em tudo análogo, só que agora não mais deduzido numa via filosófica, mas com base em uma investigação empírica. O elemento fundamental para possibilitar esta transição estaria, evidentemente, na adequada inversão, em relação a Kant, da apresentação da esfera pública enquanto a mesma seria o âmbito do uso público da razão. Em Kant este seria subtraído ao alcance da vida material, segundo o filósofo de Königsberg justamente para preservar a plena autonomia e escapar às determinações “naturais”, possibilitando o pleno domí-

nio da razão. A filosofia de Kant encontra-se no percurso que vai da referência à “natureza humana” para a referência ao “espírito humano [...]”.

“Esta objetividade se apresenta na obra de Habermas, contudo, hegelianamente, como sociedade objetivada, espírito objetivo e não como autonomia subjetiva enquanto seu fundamento. Ela é apresentada dinamicamente, como transição histórica entre a esfera pública literária e a esfera pública política. A primeira seria o pleno exercício da Ilustração como liberdade do uso público da razão, do “uso do seu entendimento sem a orientação de um outro”, conforme a famosa expressão de Kant. Já a esfera pública política constitui para Habermas a “ideia de uma ordem em que a dominação se dissolve” (HABERMAS, 1990, p.153), em que há uma legitimidade do poder a partir da força de racionalização de uma troca pública de argumentos” (Maar, 2012: 206-207).

Na formulação habermasiana, a busca dos fundamentos históricos e empíricos que possibilitem a constituição da esfera pública enquanto instância dotada de princípios próprios de funcionamento se direciona para a demarcação de suas maiores potencialidades. Uma instância da práxis humana na qual o princípio da dominação tem que abrir espaço para o princípio do entendimento, na medida em que o próprio ato de fala pressupõe a premissa de que o interlocutor é dotado de uma razão análoga e que o ato de comunicação pressupõe um sentido comum a ser partilhado por aqueles que participam desse ato.

Este entendimento teve que se desenvolver progressivamente. Primeiramente, avançou na sociedade civil do século XVIII, por conta das necessidades econômicas, oriundas da esfera privada de produção. Conforme esta se tornava mais complexa, e transcendia a dimensão puramente pessoal e familiar, verifica-se a necessidade de construir uma instância de ampliação para a produção e para a concertação dos princípios que permitissem sua ampliação. Esse desenvolvimento entra em choque com a natureza do Estado absolutista, justamente pela incapacidade deste de equacionar um conjunto complexo e variável de fatores, dada sua natureza normativa e impositiva, incapaz de levar em consideração variáveis mutáveis e flutuantes, características da nascente sociedade mercantil. A partir de então, a constituição de uma esfera pública exige não só a difusão das ideias de liberdade econômica, mas também a necessidade da construção de um “espírito público” que possibilite aos homens a discussão dos princípios norteadores e as formas de organização de suas atividades coletivas. Assim, o projeto da ilustração demanda um movimento de incorporação de todo o legado cultural da humanidade neste espa-

ço público e visa à possibilidade de que um número progressivo de indivíduos tenha acesso às condições de intervenção nos debates norteadores da organização da sociedade. Trata-se do período de consolidação do iluminismo através do enciclopedismo, da multiplicação de associações, jornais, grupos de opinião, os nascentes partidos políticos, e também de tentativa de ampliação do processo formativo, buscando a ampliação de universidades e escolas, fora do monopólio da Igreja. Por fim, o período ascendente das revoluções burguesas caracterizaria um esforço de fazer com que o também o Estado fosse convertido em uma instância da esfera pública, através do estabelecimento da divisão de poderes, dos debates parlamentares, das eleições e da elaboração de cartas constitucionais.

Habermas é bastante criterioso durante toda sua exposição. Ele evita uma definição unilateral ou homogênea de esfera pública como uma instância acabada e livre de contradições. Pelo contrário, enfatiza que a mesma sempre foi atravessada e pressionada pelo princípio da dominação, oriunda da esfera econômica, e pelo princípio do poder coercitivo que emana do Estado.

A aposta de Habermas parece ganhar validação crescente na Europa depois da 2ª Guerra, ancorada no estado de bem-estar social e na ampliação das formas de participação popular nas esferas decisórias. A participação efetiva dos partidos de origem social-democrata e trabalhistas nas esferas decisórias do estado burguês e uma relativa garantia da pluralidade de opiniões expressas nas instâncias constituídas da sociedade civil, como a imprensa escrita e as universidades, pareciam corroborar esta hipótese. Também os sindicatos, principalmente aqueles ligados aos setores produtivos da economia, gozavam de relativa capacidade de influência e prestígio gerados pelas políticas de pleno emprego e pelos princípios da produção e consumo em massa resultantes do paradigma fordista de produção.

2 NEGT E KLUGE: CRÍTICA À CONCEPÇÃO HABERMASIANA

É esta situação razoavelmente equilibrada que os ventos de 1968 parecem vir a abalar de maneira intensa e que, podemos supor, abriu espaço para a crítica que Oscar Negt e Alexander Kluge endereçaram a Habermas. A crescente importância daquilo que no marxismo clássico denomina-se “superestrutura da sociedade”, marca constitutiva do capitalismo do pós- segunda Guerra, teve aqui seu ponto de culminância. Toda reordenação pela qual o capitalismo passou no pós-Guerra exigiu um desenvolvimento de uma força de trabalho de gestão e administrativa, que teve co-

mo seu corolário o surgimento da classe média como um segmento social dotado de uma identidade e um conjunto de anseios próprios. Parece revelador desta configuração que as primeiras dissonâncias importantes que o capitalismo do pós-Guerra encontrou, nos países centrais, tenha tido seu estopim no campo da cultura.

Tal qual Frédéric Jameson constata, em seu notório ensaio *Periodizando os anos 1960*, uma confluência de fatores de ordem distintas, que acompanham o desenvolvimento da Europa do pós-Guerra, parece ter entrado em constelação e confluído para as revoltas de origem estudantil do final dos anos 1960. Soma-se a isso uma série de contradições de ordem institucional e econômica, como destacados tanto por Jameson (2002) como por Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos* (1994). Mesmo que reequilibradas pela nova correlação de forças do período da socialdemocracia, o limite da esfera pública para o estabelecimento de questionamentos estruturais ao modelo capitalista de acumulação, se apresentava como um limite intransponível na sua configuração estabelecida. E, além disso, a dificuldade de absorção da força de trabalho especializada oriunda das universidades e uma estagnação (quando não o início de uma piora) nos ganhos econômicos dos operários fabris, somadas à exclusão de todo um excedente de força de trabalho que não se encaixava no perfil prioritário do operário (origem étnico-nacional nos países centrais, ser homem branco e de meia idade com escolaridade média etc.), que não podia ser incorporada pelo modelo de representação dos sindicatos institucionalizados, tudo isso parecia constituir os primeiros sinais da crise econômica dos anos 1970, que desestruturaria por completo o modelo de acumulação fordista e o Estado de Bem-Estar Social.

Podemos situar a publicação de *Esfera Pública e Experiência: para a Análise da Organização da Esfera Pública Burguesa e da Esfera Pública Proletária* (Kluge; Negt, 1989) em uma confluência de dois eixos de preocupação: as implicações das mobilizações estudantis de 1968 e as suas consequências para uma longa reflexão da Teoria Crítica acerca do lugar que a cultura e a experiência ocupam na reprodução e no possível questionamento da ordem capitalista tardia. Considerando esse segundo aspecto do livro, podemos imaginá-lo como uma espécie de “quarto capítulo” de um debate que tem seus principais momentos anteriores em *História e consciência de classe* (Lucáks, 1989), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1985) e *Mudança estrutural da esfera pública* (Habermas, 1984).

Em *Esfera pública e experiência*, Negt e Kluge têm como preocupação central a dimensão material como elemento central do condicionamento da noção de esfera pública. Como vimos, na conclusão de sua formulação, Habermas havia condicionado a possibilidade de resgate do caráter público da cultura a um afastamento dos seus determinantes materiais, que eram inevitavelmente tomados como coercitivos e vinculados à noção de dominação. As agudas contradições expressas em 1968 e seu abrupto encerramento pareceram exigir que os elementos disruptivos que abalaram o equilíbrio de forças da esfera pública social-democrata fossem então entendidos de maneira mais dinâmica, em um modelo capaz de lidar com esta nova situação na qual elementos de natureza exógena eram abruptamente catapultados para o interior da esfera pública e condicionavam toda uma reconfiguração dos debates e também das formas de organização da mesma. A ênfase na noção de experiência parece assim cumprir um duplo papel. Primeiro, expressa uma dimensão dinâmica dos processos que se desenvolvem no interior da esfera pública, seu vínculo com uma temporalidade própria, diferente daquele modelo de temporalidade imaginado por Habermas, de longa duração, no qual uma dada configuração da esfera pública era equiparada, grosso modo, com um período do desenvolvimento capitalista, interagindo com estas determinantes gerais de maneira razoavelmente estável. Em segundo lugar, recoloca a questão da determinante material no centro do debate, pensada não só com um elemento externo à dinâmica da esfera pública frente à qual a mesma deveria buscar uma crescente autonomia, mas também como um elemento dotado de múltiplas características condicionantes, indo desde a configuração da “matéria-prima social” com a qual as dinâmicas estabelecidas na esfera pública têm que lidar, até naquilo que parece ser um retorno aos paradigmas interpretativos da *Dialética do esclarecimento*, a maneira pela qual uma dada configuração material de produção condiciona a natureza e o significado do bem cultural.

No conceito de *esfera pública* convergem a tradição kantiana do uso público da razão, a apropriação da noção benjaminiana de experiência, apropriada por Adorno, a contraposição ao caráter abstrato e formal da esfera pública em Habermas e a referência marxiana ao proletariado. Oscar Negt e Alexander Kluge (1993) se perguntam como a experiência social é articulada e se torna relevante, ou seja, quais mecanismos, meios, interesses e efeitos constituem um horizonte social de experiência. A rigor, o que se torna central para os autores, no conceito de esfera pública, é o sentido de *Erfahrung*. Este termo está intimamente vinculado à capacidade

de empregar a fantasia e ao ato de transmitir para as gerações vindouras as experiências verdadeiras que ainda resistem à transformação em mero fetiche do e pelo mercado.

A fantasia, concebida como faculdade da imaginação, observa Kluge (1981-1982), é um atributo que todos utilizam. Como, e a quantidade de imaginação de que se faz uso é algo que está além do controle social. Há formas de fantasia que escapam à domesticação imposta pela esfera pública burguesa. No entanto, o mais comum é que a imaginação não apenas tem sido limitada, mas tem contribuído para uma reprodução da repressão dos sentidos:

“Além da língua, que é pública, a esfera pública deveria conceder à fantasia o *status* de um meio comum, e isto inclui o fluxo de associações e a faculdade da memória (as duas principais avenidas da fantasia). Uma constante mudança de perspectivas é típica da fantasia. Na fantasia, eu posso me transpor para a África, sem esforço, ou eu posso me imaginar envolvido em uma cena de amor, no meio do deserto – tudo isto acontece como em um sonho. Os obstáculos da realidade já não mais existem. Se a fantasia tem boas razões para desconsiderar esses obstáculos verdadeiros – como uma compensação para o princípio de realidade – então a questão é como você pode, por amor a qualquer causa, encorajar a fantasia a desenvolver tais perspectivas sobre isso (i.e. perspectivas diferentes daquelas inerentes às coisas como elas são). No *filme-documentário*, isto poderia ser realizado somente via um *mixing* de formas – o único método que permite mudanças radicais na perspectiva” (Kluge, 1981-1982: 215).

O conceito de esfera pública sugerido por Kluge e Negt (1993) é diferente daquele proposto por Jürgen Habermas. Os autores explicam que o conceito de esfera pública habermasiano deriva da ideia de *rede de comunicação* distributiva da esfera pública (burguesa) e tende a aparecer como invariável. Portanto, Habermas aponta apenas um caminho discursivo a partir de uma esfera pública fundada na noção do direito romano que advém de princípios distributivos: a quem isto pertence, e não quem *fez* isto.

Para Kluge (1981-1982: 212), “Se uma pseudoesfera pública somente representa partes da realidade, seletivamente e de acordo com determinados sistemas de valores, então ela tem que administrar até mesmo novos cortes (*further cuts*) de modo que ela não seja descoberta”. A esfera pública é capaz de organizar as variadas necessidades e qualidades não necessariamente a partir de interesses hegemônicos. Em outras palavras, o desenvolvimento da socialização das qualidades e necessi-

dades humanas engendra uma oposição potencial capaz de oferecer a base para uma esfera pública proletária *autonomamente organizada*. Desse modo, Negt e Kluge apostam na dialética entre a esfera pública burguesa e a proletária. Em outros termos,

“Fissuras históricas – crises, guerra, capitulação, revolução, contrarrevolução – denotam constelações concretas de forças sociais dentro das quais uma esfera pública proletária se desenvolve. Uma vez que esta última não tem nenhuma existência como uma esfera pública de decisão (poder), ela tem que ser reconstruída a partir das fissuras, circunstâncias marginais, iniciativas isoladas. Estudar sólidas tentativas sobre uma esfera pública é, no entanto, somente um dos nossos argumentos: o outro é investigar as contradições emergentes dentro das sociedades capitalistas avançadas em prol do seu potencial para uma contra esfera pública” (Negt; Kluge, 1993: xliii).

A guisa de ilustração, Alexander Kluge (1981-1982: 210-214) propõe pensar um dos principais produtos da indústria da cultural, a instituição cinema, como parte de uma esfera pública representada por um processo social e histórico contraditório, por ele concebido como um conceito utópico. O cinema é investido, ao mesmo tempo, de seu *status* crescentemente ameaçado por e dependente dos novos *meios de comunicação* e com isso pode vir a ser um terreno político para desenvolver uma esfera-pública de oposição.

Para Kluge (1988:41) a esfera pública deve ser entendida como uma *abertura* que se vincula à experiência. A verdadeira esfera pública tem *consciência de si*. Ela se opõe ao que é privado ou íntimo. Quando alguém acredita que se pode fazer compreendido na coletividade, então isto é público. Se não se publiciza o que se sente, ou mesmo as suas experiências individuais, então isto está no âmbito do privado. A *tiranania da intimidade*, consoante a Kluge, consiste em não poder se expressar publicamente. Kluge está, de fato, interessado em uma *esfera pública de oposição*, ou, como ele (1982-1982:212; 1988:43) declara, em uma *contraesfera pública* (*Gegen-Öffentlichkeit*). Ao defender a ideia de acordo com a qual o *cinema contra-hegemônico* apresenta uma variedade de estrutura e encanto que necessita da participação da audiência, pode-se afirmar que, para Kluge, os filmes funcionam como um modo de ação em uma esfera pública verdadeira e democrática e, por esta razão, envolvem um debate e compromisso imaginativo.

A localização do cinema no universo dialético da esfera pública burguesa e proletária permite perceber que, no bojo da concepção de estética de Kluge, en-

contra-se sua noção de *utopia* (cf. Kluge, 1981-1982: 209). A prática filmica pode incorporar não apenas aquilo que o cinema poderia ser. O cinema carrega um potencial que sinaliza um amplo sentido que não se reduz a uma visão concreta de uma sociedade melhor, mas diz respeito a um modelo de compreensão histórica e social. Por isso, quando Kluge (1988: 216) toma emprestado de Benjamin a noção de *choque*, ele indica “[...] a surpresa que ocorre quando, de repente, [...] você compreende algo em profundidade e, depois, dessa perspectiva aprofundada, você redireciona sua fantasia para o curso real dos eventos”.

Um outro aspecto importante de ser observado na produção cinematográfica de Kluge refere-se à fusão entre ficção e documentário. A linguagem ficcional e a documental são combinadas de tal forma que o espectador é tomado por um estado de choque e, na maioria das vezes, levanta dúvidas se ao que assiste são fatos reais ou dramatização.

Os documentários e as narrativas ficcionais de Kluge são dissolvidos apenas para encontrar uma nova realidade, oposta àquela dada como a única, natural e possível de se viver. Kluge (1981-1982: 206) questiona a própria distinção entre filme ficção e o documentário; posto que, para ele, há algo comum entre essas duas narrativas: “[...] nenhuma narrativa é bem-sucedida sem o uso de documentação que estabelece um ponto de referências para os olhos e os sentidos: as condições reais clareiam a vista para a sequência de cenas [*for the action*]”. Para Kluge, o produto real de um filme não é uma cena ou a combinação de cenas, a sua recepção pelo espectador ou a relação deste com o cineasta. O real produto é a produção de uma *esfera pública*.

3 A ESFERA PÚBLICA HOJE

Já se trata praticamente de um senso comum, no que diz respeito às análises contemporâneas de pretensão crítica acerca das dinâmicas culturais e suas correlatas formas de sociabilidade na atualidade, a identificação de uma tendência radical à abreviação e à imediatividade. Ainda que não possamos nos ater em uma apreciação aprofundada das implicações deste fenômeno para uma teoria geral da experiência, apontamos aqui alguns aspectos destas inflexões que impactam diretamente o funcionamento da esfera pública na contemporaneidade.

O cenário que se inicia nos anos 1970 e que parece ganhar seus contornos definitivos nos anos 1990, aprofundou-se radicalmente nos anos 2000 com a massifica-

ção da rede internacional de computadores (Internet), é marcado pela dominância daquilo que Jameson denomina de pós-modernismo, entendido enquanto uma lógica cultural do capitalismo tardio, e representou toda uma série de impasses para o projeto moderno. Em seus mais variados aspectos, desde a ideia de transformação qualitativa da realidade sócio-histórica até a ideia de cultura como um campo relativamente autônomo em relação às dinâmicas socioeconômicas, capaz de expressar uma instância de representação e/ou intervenção sobre essas dinâmicas (como no caso das vanguardas modernas), o atual cenário de hiperprodução semiótica tem como sua qualidade quase que indistinguível configurar-se como uma autoimagem do processo social global, ou de sua determinação econômica. Se, novamente recorrendo a Jameson (1997), agora em *O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*, a ideia de “alto modernismo” só pode ser pensada na formulação adorniana como espécie de contraparte de um processo de reificação e instrumentalização da cultura pela lógica do capital, no atual momento – em que esta segunda dimensão é aprofundada a tal ponto que sequer podemos identificar o momento específico da cultura (mesmo que no interior das dinâmicas da indústria cultural) enquanto algo separado das vivências cotidianas, dada a onipresença das formas simbólicas a cada instante do nosso dia-a-dia –, podemos estar diante de um cenário em que se torne algo obsoleto pensar uma dimensão oposta a estas formas de cultura reificada.

Todo este reordenamento das condições de debate público e de produção cultural se estabeleceram de maneira correlata (no intervalo de tempo decorrido entre os anos 1970 e 1990 como sinalizado acima) e, num certo sentido, determinada pelo triunfo incontestado do neoliberalismo enquanto modelo de gestão sociopolítica do Estado e das mutações do capitalismo em direção ao atual modelo de “acumulação flexível”. Este modelo por sua vez representou uma crescente deterioração das condições de vida da imensa maioria da população mundial e representou também uma maior atomização (aparente) de suas vivências cotidianas em relação a totalidade social, quer seja no âmbito do trabalho como no do lazer. Assim, a possibilidade de identificação das contradições mais profundas e antagônicas no âmbito da experiência e da vida cotidiana parecem se dissipar. Retomamos aqui a formulação de Adorno e Horkheimer (1985) segundo a qual conforme se ampliam as contradições entre ricos e pobres no âmbito da produção econômica, e quanto maior a exploração que os primeiros infligem aos segundos, paradoxalmente, mais estes dois extremos do corpo social se coadunam na produção fenomenológica da

vida humana desumanizada. Nesse sentido, o momento atual nos apresenta novidades um tanto quanto desalentadoras em sua imperatividade.

A multiplicação das formas de sociabilidade primária determinadas pela violência, pelo pragmatismo utilitário e pelo cinismo escancarado não parecem dar sinais de que já chegaram ao seu limite. O consumismo desenfreado, o imediatismo narcisista e o individualismo crescente se apresentam como fenômenos correlatos. O mais absoluto desprezo por tudo aquilo que significa apreensão cuidadosa da realidade, valorização das mediações, do contraditório e do aprofundamento de entendimento e da crítica se impõe como confirmação da ampliação ilimitada daquilo que Adorno (1950) denominou de “tendências à personalidade autoritária”.

Neste cenário de ampliação escalar da experiência de vida danificada e da semi-formação, não é de surpreender a emergência dos movimentos políticos de caráter profascista ou neofascista que se multiplicam ao redor do mundo como elemento de radicalização da agora, já tradicional, “nova direita liberal conservadora”, que tem ditado os rumos da humanidade nos últimos 30 ou 40 anos (período em que protagonizou o conjunto de transformações econômico-políticas e socioculturais, com apoio de sua correlata, a extrema direita conservadora. Nos últimos anos, os movimentos da extrema direita conservadora e suas vertentes proto e neofascistas têm se mostrado capazes de, ocasionalmente, se desprenderem do arcabouço político da direita liberal-conservadora do qual eram linhas auxiliares, e ao se apresentarem como alternativa ao *status quo* da *realpolitik* assumirem os centros diretivos de poder, como ocorreu no Brasil nas últimas eleições presidenciais (2018). Este tipo de novidade traz ameaças para as quais ainda não temos “instrumentos de medida políticas” (Kluge; Negt, 1999) que as possam mensurar. Parecem provas importantes da maneira pela qual as tendências últimas de alienação e desumanização, promovidas pela lógica do capital, se apossam das mais recônditas regiões da subjetividade humana.

4 A HIPÓTESE DA CONTRA ESFERA PÚBLICA

Nestas condições, mais do que nunca, o retorno às “antiguidades ideológicas” – para fazer menção ao título da mais ambiciosa obra audiovisual de Alexander Kluge no período recente, *Notícias da Antiguidade ideológica- Marx, Eisenstein* [“O Capital” *Nachrichten aus der ideologischen Antike – Marx, Eisenstein, “Das Kapital”*] (Kluge, 2008) – que marcaram o período de esplendor da esquerda e do pensamento crí-

tico de maneira revigorada parece tarefa indispensável, desde que livres de qualquer dogmatismo ou esquematismo que terminam por mimetizar a lógica do pensamento pobre, característico da experiência danificada e da semiformação. Neste sentido, cabe lembrar dos tristes caminhos que muitas vezes levam a esquerda a colaborar com sua extinção, via adesão à ordem estabelecida, através da *realpolitik*. Ou por meio de seu oposto complementar, o encapsulamento em espaços autocentrados nos quais disputam imaginariamente a paternidade da ortodoxia e da verdade revolucionária, e que pouco mais fazem do que oferecer uma melancólica e algo constrangedora prova racionalizada de sua impotência.

Podemos vislumbrar algum tipo de aproximação entre a reinterpretação dos clássicos do marxismo e da Teoria Crítica com mobilizações políticas e culturais que emergiram no início da segunda década do século XXI, em combinação com a tentativa de desenvolvimento de novas formas de pensamento crítico e de produção estética inovadoras e potentes. Há a possibilidade de que se fortaleça a partir daí algo como uma “contraesfera pública”, capaz de articular estruturas de sentimento e percepções alternativas que deem vazão ao sentimento de negatividade e mal-estar que a maioria dos indivíduos enfrenta em seu dia a dia, assim como protagonismos políticos de questionamento da ordem vigente. Deve-se ter em vista os obstáculos e impasses que essa tentativa enfrentará em face da dificuldade de se oferecer alternativas concretas à reprodução escalar e automatizada do *status quo* e da barbárie administrada

A título de sugestão, é possível pensar que as noções de contraesfera pública e de modernismo cultural possam ser combinadas a partir de algo parecido com o que Jameson denomina de “mapeamento cognitivo”. Ou seja, a capacidade de um tipo de produção artístico-cultural desestabilizar as convenções existentes e abrir o campo para uma apreensão diferente de acontecimentos e fatos que já compõem a realidade diária das pessoas, mas que lhes parecem meras facticidades inevitáveis. Por fim, podemos argumentar que a ideia de contraesfera pública não se obriga talvez aqui diferentemente da noção de esfera pública proletária (presente na obra de Kluge e Negt, de contra hegemonia pensada a partir de Gramsci) a ser um campo coeso e capaz de fazer uma oposição em escala comparável à da esfera pública burguesa de produção, dominada pela indústria cultural hegemônica. Ela deve ser mais uma espécie de “reserva criativa” a partir da qual, em momentos de agitação política ou de impasses sociais, os indivíduos possam recorrer e pensar em soluções inéditas. O conceito busca sinalizar as possíveis convergências entre alternativas

políticas e estéticas face ao domínio dos esquematismos instrumentais que marcam o *status quo* político e cultural do capitalismo tardio.

A aproximação entre a teorização de Kluge sobre o conceito de experiência e esfera pública com sua produção audiovisual nos parece um campo profícuo de análise, que vai ao encontro de análises recentes de sua obra. Como expressa Eugenia Roldan em *Las contraesferas públicas de Kluge y Negt: experiencia, fantasia, utopia*:

“Queremos assinalar que além de abordagem conceitual empreendida junto a Negt, podemos afirmar que na prática artística de Kluge o cinema busca responder ao bloqueio da experiência. Inserido na crítica a esfera pública burguesa e na possibilidade de que a experiência possa se organizar de outra maneira que não seja pela produção de valor abstrato, sua obra busca a forma de “contraprodutos”. [...] Em definitivo a ideia de “contranarrativa” e “contraprodutos”, e não de produtos autônomos ou independentes, sugere que os produtos entram em disputa com a esfera dominante e não se pensam afastados desta, o que só poderia ocorrer de modo aparente. Ainda mais, é este grau de relação que mantém com o *mainstream* que lhes dá caráter específico que Kluge delineou durante sua carreira, e que, em sentido geral, é a visível diferença com estes visados produtos do *mainstream* e estes produtos que podem ser capazes de gerar instabilidade, colisões, oportunidades para que modalidades diferentes possam surgir na esfera pública (Roldan, 2017: 76-77, tradução nossa).

Esta inflexão, perceptível desde as produções do final dos anos 1970 e início dos 1980, parece então assumir um ponto mais elevado em *Notícias da Antiguidade ideológica*. Assim, se inicialmente podemos imaginar a produção audiovisual recente de Kluge a partir da noção de obra “autônoma” nos termos em que Adorno pensou a obra do alto modernismo, que exige um público específico, disposto a devotar esforços interpretativos e de decodificação em busca de um “significado ultimo” a ser desvelado por trás de uma complexa articulação simbólica, é possível também imaginá-lo como uma sobreposição de recursos composicionais e fragmentos narrativos, que podem ser apreendidos individualmente e serem significados de acordo com contextos específicos de recepção.

Esta dupla perspectiva chama atenção, por sua vez, ao marcante problema da relação entre autonomia e abertura da obra de arte para contextos de recepção diversos, questão que, como sabemos, marcou profundamente os debates sobre estética modernista mas que, na interpenetração entre o moderno e o pós-moderno, característica da obra recente de Kluge, parece ganhar contornos próprios.

Peter Lutze dedica toda a segunda parte de seu *Alexander Kluge: the Last Modernist* a esta problemática intitulando-a de “A modernist in a postmodernist era”. O segundo subtópico desta segunda parte do livro, “The film in the author’s head”, buscará circunscrever as inflexões da obra de Kluge frente à problemática que buscamos destacar acima, situando-a tanto frente à dificuldade de caracterização de sua obra, dados os dilemas representados pela oposição entre arte moderna e pós-moderna, como pela crítica recorrente de que aqueles que optam por se engajar em esquemas de produção que incorporam os novos *media* e tecnologias da era digital para produção e distribuição de suas obras, abrem mão, necessariamente, do “status artístico” da mesma.

“Em seu esforço para escapar dos paralisantes dilemas estéticos apresentados por essa crítica – especialmente para alguém determinado a trabalhar na mídia de massa – Kluge adotou várias estratégias diferentes. A primeira tem sido sua tentativa de arrancar a mídia do controle exclusivo da indústria cultural, insistindo para que os artistas sejam autorizados a voltar a uma organização pré-industrial e artesanal para criar arte genuinamente autônoma usando a mídia. Em segundo lugar, ele argumentou em favor de filmes que não entretêm, mas falam de preocupações reais do público, abordando problemas contemporâneos. Finalmente, ele continuou insistindo em um cinema baseado no espectador: a produção de significado não é simplesmente preocupação do artista, mas do espectador também. (Lutze, 1998: 145, trad. nossa).

A dimensão formativa e cumulativa, assim, parece ter mais importância do que a necessidade quantitativa de ser capaz de produzir em larga escala e fazer frente “de igual para igual” à produção cultural ligada ao *status quo*. Como se pode notar, permanecemos aqui no âmbito das sugestões, acerca da complexa relação entre as potencialidades das categorias de modernismo e de contraesfera pública, a partir da obra de Kluge e Negt. De qualquer maneira, dada a relevância que ela pode assumir, nos parece estimulante assinalá-la, com a expectativa de que possa estar presente em futuras investigações.

5 BILDUNG, HALBBILDUNG E ERFAHRUNG

No cerne no debate sobre *esfera pública*, há dois conceitos (formação, *Bildung* e experiência *Erfahrung*) fundamentais que pesam sobre o conjunto da reflexão aqui proposta. Ao analisarem o conceito de formação, Loureiro e Gonçalves (2021)

consideram haver ao menos um ponto em comum que articula a compreensão de *Bildung* como uma atitude de se *pensar contra si mesmo*, tal como estabelecido no argumento de Hans-Georg Flickinger (2011). Este filósofo destaca que a formação deve reconsiderar o sentido dos pressupostos iluministas na educação, com foco na autorreflexão crítica, a começar pelos responsáveis pela educação escolar, articulados com a ideia de ética do reconhecimento. Flickinger (2011) tece críticas à política de formação exclusivamente profissionalizante, pois amparada em normatizações burocráticas que esvazia a cultura do conflito e homogeneiza o comportamento social adestrado e avesso à contestação do estabelecido. Para ele, a escola e seus operadores responsáveis seriam despreparados para repensar seus pilares. Em geral, são muito bem ajustados à racionalidade técnico-instrumental e utilitarista (Loureiro; Gonçalves, 2021). A ética do reconhecimento, ele observa, exige uma ruptura narcísica, que permita transparecer nossas falhas e fraquezas. Em síntese, seria aceitar o *não eu* na sua alteridade, o que, de fato, pode ser concebido como um desafio à autoimagem do professor e da professora em direção a uma ética responsável por conduzi-lo à autorreflexão crítica (Flickinger, 2011).

Nas modernas sociedades contemporâneas, em particular no contexto em que a formação se submete à exploratória e tirana lógica do capital, cujo resultado é um reducionismo empobrecedor das relações sociais, a formação acaba por se converter em semiformação – *Halbbildung* (Adorno, 2010).

De forma ambígua, e mesmo contraditória, no vocábulo *Bildung* jaz o seu contrário, que é a semiformação – *Halbbildung*. Em uma publicação recente, os autores (Zuin; Zuin, 2017) destacam que na sociedade de cultura digital, ou *Idade Mídia* (Zuin; Gomes, 2019) é fundamental a crítica sobre a forma de renovação da *Bildung*, assim tecer considerações sobre seu renascimento.

Sobre o termo formação, em alemão, deve-se destacar a raiz (*Bild* – imagem, forma, contorno, quadro) do vocábulo (*Bildung*) é um substantivo feminino da língua alemã. O verbo é *Bilden* e refere-se a formar, criar. A vocábulo *Bildung* pode ser traduzido por cultivo, criação, educação, formação, ou cultura e teria vínculo com o termos *Paideia*, no sentido de uma experiência na qual o indivíduo, ao menos em tese, é capaz de tornar o humano mais próximo daquilo que adere ao projeto que se tem de humanidade naquele contexto da Antiguidade grega (Suarez, 2005).

Loureiro e Gonçalves (2021) observam que, fundada no período do Iluminismo, contexto de forte crítica (e autocrítica) aos valores do *Antigo Regime* europeu, a maioria dos filósofos deslocou, para o conceito de *Bildung*, a ideia de um sujeito

autodeterminado e autorregulado, no âmbito da *esfera pública*, em detrimento da heteronomia da sociedade feudal (Loureiro; Gonçalves, 2021). Na sua gênese, o termo estava associado a formação concebida como experiência (*Erfahrung*) que, em geral, acontece no mundo atravessado pelas possibilidades que os indivíduos têm, em uma sociedade “livre”, de conhecer e incorporar as peculiaridades das expressões culturais do que não é idêntico, em complemento, mas sem excluí-la, da educação estritamente formal (*Erziehung*) que acontece no espaço escolar. Em alemão, *Bildung* tem a ver, mas não se limita, nem à educação escolar, tampouco à *Ausbildung* (instrução técnica), mais voltada para o instrumentalismo característico da educação técnico-profissionalizante.

Apesar de toda ilustração e informação que se difundem, a formação cultural na sociedade capitalista contemporânea converte-se em semiformação (Adorno, 2010). Daí a importância de se considerar o caráter dialético (contraditório) da *Bildung*: ele diz respeito tanto ao aspecto de autonomia e emancipação das pessoas, como também o momento da adaptação integrativa. Ambos os elementos constituem uma dinâmica cuja tensão entre os polos é um processo do qual dificilmente pode-se livrar. Integrar-se e adaptar-se é importante. Contudo, o problema é quando a submissão à realidade dada tende a se sobrepor à liberdade e autonomia do sujeito e torna-se fundamento de uma práxis quase que hegemônica. Em casos nos quais a cultura é reduzida ao conformar-se à vida ordinária, de destaque unilateral para o momento de adaptação, ela impede que os sujeitos se eduquem uns aos outros (Adorno, 2010).

A semiformação pode ser caracterizada como a principal forma de constituição das subjetividades no contexto da *esfera pública burguesa*. Ela vincula-se às astúcias da burguesia que visa a permanecer no controle da hegemonia. Nesse contexto, a indústria cultural é a própria ideologia do sistema. Sua tendência é dificultar tanto o processo de formação cultural autêntica, como também uma educação não determinada pelas normativas da cultura industrial.

No contrapasso da formação cultural caminha a não cultura. Na não cultura está contido um potencial que antecede a cultura que possui e enfrenta o conflito entre adaptação e autonomia. A *Bildung* seria a fase de contestação da dimensão meramente *positivo-afirmativa*; elevação do caráter *negativo/emancipador* da cultura. Loureiro e Gonçalves (2021: 8) afirmam que

“Ordinária é a relação do semiformado com a dimensão simbólica a que tem acesso quase que unicamente por meio do consumo dos bens culturais que

circulam no livre mercado regulado pela indústria cultural. Esta, quase sempre consegue fazê-lo acreditar que é um ser autônomo, culto, integrado e plenipotente em face do todo”. No entanto, a semiformação reforça o processo de alienação individual e coletiva. Ela não se confina apenas no espírito, mas também adúltera a vida sensorial. Na avaliação de Adorno (2010), ao se julgar detentor do saber, o sujeito acaba por dificultar, por meio de um qualificado mecanismo de defesa, a ampliação daquilo que supõe saber (Loureiro; Gonçalves, 2021: 8).

A subjetividade semiformada dificilmente consegue ampliar a sensibilidade. A existência estético-sensorial é assaltada por uma danificação dos sentidos, uma espécie de *pobreza da experiência* (Benjamin, 1994a), típica da sociedade administrada (capitalista), na qual o capital e a burguesia que o protegem são sacralizados (Adorno, 2010). De forma sutil, induz-se à formação de sujeitos fragilizados porque, quando hipersensibilizados com choques audiovisuais (Zuin; Zuin, 2017; Türcke, 2010), eles têm também os sentidos entorpecidos.

Ainda que em quase todos os períodos e épocas históricas, as sociedades tenham vivido sob uma espécie de controle administrativo (mais do que o aspecto instrumental e pragmático da vida pública, mas, em particular, da administração dos sentidos, da sensibilidade dos indivíduos, essa estrutura lógica da sociedade administrada se exacerbou no último século (Loureiro; Gonçalves, 2021). Daí que, para os autores, a ideia de *mundo administrado*, cuja principal característica é a *fetichização da técnica*, a coisificação que danifica e espolia as relações humanas. É por esta razão que para Adorno (2010) a semiformação é o espírito usurpado pelo caráter de *fetichismo da mercadoria*: a forma dominante da consciência atual. Momento no qual a experiência é substituída por *instantes* que, no caso da sociedade do espetáculo (Debord, 2003), quase sempre se resume a cliques de informações fugazes (Türcke, 2010). Cada mensagem acessada motiva uma espécie de programação oculta do aparelho (Flusser, 1985) – *obsolescência da informação* – que instantaneamente impele o cidadão cliente consumidor da esfera pública espetacular a suplantá-la, atado que fica na compulsão por acessar e emitir a sempre mesma suposta novidade.

Na esfera pública hegemônica (*excitada sociedade do espetáculo* – Loureiro; Gonçalves, 2021), a subjetividade fragmenta-se em fluxos contínuos de consumo desconexos de mercadorias audiovisuais. Ao invés de uma *duração do tempo* – *temps duré* –, da conexão de um viver em si relativamente uníssono que resulta na capacidade

de julgar, põe-se um 'É isso' sem julgamento (Adorno, 2010). A semiformação debilita a relação que se tem com o tempo. Ela atenua a faculdade da memória, abarrotada que fica de mensagens audiovisuais produtoras de um falso esvaziamento da memória. Isso remete à distinção que Benjamin estabelece entre a *Erfahrung* (experiência) e *Erlebnis* (vivência).

A *Erfahrung* tem a ver com experiência que se sedimenta e se prolonga em um processo formativo autorreflexivo e crítico-emancipador. Nas palavras de Newton Ramos-de-Oliveira (1998: 31): “[...] quem é capaz de extrair da vida uma experiência, uma compreensão, tem *Erfahrung*; isso diz respeito a alguém capaz de sentir e de expressar a si mesmo essa vivência; de alguém que extrai da experiência pessoal seu sumo à luz do legado cultural, uma relação de mútuo enriquecimento”. Na contramão está a *Erlebnis*: a vivência apressada e imediata quem se considera pleno, inflacionado de informações compartilhadas em *pseudocomunidades* que o isolam de si e da própria realidade – alguém que passa pela vida como espectador, que apenas reage a estímulos (Ramos-de-Oliveira, 1998:31). O semiformado é aprisionado nos limites da vivência e tem desgastado toda a relação consigo mesmo e com a realidade. A semiformação é incentivo a não reflexão. Ela apenas limita a capacidade de percepção enfastiada de mercadorias do audiovisual, muitas vendidas sobre o rótulo de informação, que tanto excitam como anestesiaram os sentidos.

Loureiro e Gonçalves (2021) enfatizam que ao promover uma falsa reconciliação entre o todo e o particular, a esfera pública burguesa, sustentada pela indústria da cultura, de tudo faz para travestir de natureza todas as suas manifestações. Sem perceber, as pessoas associam-se a comportamentos e os assimilam como se desde sempre estivessem ali. Tal processo lembra o que acontece em um evento hipnótico, ou mesmo quando se toma como referência o viciado em consumo de alucinógenos. A realidade da esfera pública contemporânea, cuja virtualidade é veiculada pelos aparatos dos *media* – televisão, internet e “suas” *social media* (Facebook, Instagram, YouTube, WhatsApp, Tik Tok, Tweter etc.) atrapalha os consumidores a desferirem qualquer crítica. Ao naturalizar seus padrões universais, a indústria cultural promove a alienação frente ao mundo: tão logo apareça a oportunidade, há uma forte tendência à renúncia a toda singularidade, em nome de um conceito universal que promete liberdade, igualdade e felicidade, mas cuja ideologia é a própria chave da prisão.

De tal sorte que a mercantilização dos bens simbólicos tem por escopo integrar e reconciliar, de forma abstrata e forçada, os grupos sociais desiguais entre si. Na

esfera pública hegemônica, o sistema de produção de mercadorias culturais pauta-se sob o argumento da pseudo promessa de que a massificação da cultura possibilita a formação de indivíduos autônomos e uma coletividade emancipada (Zuin, 2001). Contudo, é preciso lembrar que para a engenharia de produção da cultura industrial, nada mais resta a ser apreendido. Tudo já teria sido discutido e digerido pelos engenheiros de produção, programadores, operadores e gerentes dos aparatos dos *media* que sustentam a esfera pública hegemônica.

A sofisticada engenharia de produção dessa esfera pública conta com uma gama variada de experts (*designers*, programadores, publicitários, operadores técnicos, gerentes etc.) responsáveis pela formatação do universo simbólico, da relação entre fantasia e memória do público é desacostumado de refletir por conta própria. As aparentes críticas, possibilidade de escolha e apreensão estética, tudo é meticulosamente planejado pelos diferentes setores do entretenimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esfera pública burguesa contemporânea, eminentemente dominada pela excitada sociedade do espetáculo, possui tendências marcadamente autoritárias. Ela dispõe de uma incrível capacidade de fazer retroceder décadas de avanços e conquistas sociais. Um dos exemplos mais emblemáticos diz respeito à forma como os tradicionais (rádio, jornais impressos e televisivos) meios de comunicação de massas atuaram em consonância com os novos *media* (Internet e seus aparatos de sustentação) para deporem governos democraticamente eleitos. Mais do que o debate sobre a cultura e a economia, é fundamental perceber que na quase totalidade dos países os meios de comunicação de massa são de propriedade exclusiva de poucas famílias que detêm a maior parte das ações das empresas. São conglomerados empresariais a serviço de uma lógica (autoritária do capital) que contribui para a formação (semiformação) e o empobrecimento da experiência dos indivíduos.

A crítica de Oscar Negt e Alexander Kluge sugere pensar uma *contra esfera pública* uma esfera pública de oposição, com sentido progressista, vinculada aos valores e interesses da classe social que vive do trabalho: uma *contra esfera pública*, ou *esfera pública de oposição*.

Tarefa nada fácil, tendo em vista que nos vinte primeiros anos do século XXI assistiu-se, nada mais nada menos, do que a reprodução da lógica que há mais de um século tem imperado, em termos de esfera pública: a manipulação da informa-

ção. Atualmente, o conglomerado de empresas dos meios de comunicação de massa formam os *social media* e estes são as principais fábricas de consenso sujeitas ao controle dos seus proprietários. São grupos empresariais que concentram a propriedade sob o controle de poucas pessoas, mas que são politicamente vinculadas. Com isso, conseguem filtrar, inventar, distorcer e até mesmo manipular as “notícias” que devem ser consumidas pelos cidadãos clientes. O debate público, contaminado já no nascedouro, porque nutrido com informações igualmente viciadas, acontece de forma livre, autônoma e democrática, mas sempre vinculado aos pressupostos da democracia liberal, ou mesmo sob a égide de um sistema político no qual os tiranos chegam ao poder auxiliados pelos empresários das comunicações.

O que resta é uma esfera pública controlada pelo poder econômico dos capitalistas proprietários dos *meios de produção* que sustentam a indústria da cultura na excitada sociedade do espetáculo. Os discursos pela “liberdade de expressão” que se opõem ao controle dos meios de comunicação de massa são, na realidade, discursos pela “liberdade dos proprietários” (Cademartori; Neto, 2013). Eis o pressuposto máximo da ética do e sob o capital.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Wiesengrund (2008): *Mínima Moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund (1995): *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund (2010): “Teoria da semiformação”. In: PUCCL, B.; LASTÓRIA, L. A. C. N.; ZUIN, A. A. S. (Orgs.). *Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 7-40.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max (1985): *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ADORNO, Theodor W. & al. (1950): *The Authoritarian personality: studies on prejudice*. New York: Harper & Brothers.
- BANDEIRA, Belkis; OLIVEIRA, Avelino de (2012): Formação cultural e semiformação: contribuições de Theodor Adorno para pensar a educação hoje. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, 225-232.
- BENJAMIN, Walter (1994a): “Experiência e pobreza”. In: Id. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 114-119.
- BENJAMIN, Walter (1994b): “O autor como produtor”. In: Id. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 120-136.

- CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de; NETO, Elias Jacob de Menezes (2013): Poder, Meios de Comunicação de Massas e Esfera Pública na Democracia Constitucional. *Revista Sequência* (Florianópolis), n. 66, jul., 187-212
Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n66/08.pdf>. Acesso em: 21.02.2021.
- DEBORD, Guy (2003): *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FLICKINGER, Hans-Gyorg (2011): “Herança e futuro do conceito de formação”, *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, 151-167,
Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a10v32n114.pdf. Acesso em: 05.05. 2012.
- FLUSSER, Vilém (1985): *Filosofia da caixa preta: ensaios para um futura filosofia da fotografia*. São Paulo: HUCITEC. Disponível em:
<https://cultureinjection.files.wordpress.com/2018/12/FLUSSER-Vil%C3%A9m-Filosofia-da-caixa-preta.pdf>. Acesso em: 20.03.2020.
- GARCIA, André Spuri; PEREIRA, José Roberto; ALCÂNTARA, Valderi de Castro; PRADO, José Willer do (2019): “Produção científica sobre esfera pública: um estudo bibliométrico em múltiplas áreas do conhecimento (1970-2015)”, *Revista Administração Pública e Gestão Social*. Universidade Federal de Viçosa. 11(1), 2-15.
Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5395>. Acesso em: 20.03.21
- HABERMAS, Jürgen (2000): *O discurso filosófico da modernidade*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote.
- HABERMAS, Jürgen (1984): *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- JAMESON, Fredric (1997): *O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- JAMESON, Fredric (1992): “Periodizando os anos 60”. In: Buarque de Hollanda, Heloisa (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco.
- JAMESON, Fredric (2002): *Pós-Modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática.
- KLUGE, Alexander (1981-1982): “On Film and Public Sphere”, *New German Critique*. Nova York: Telos Press, n. 24/25, Special Double Issue on New German Cinema, 206-220.
- LUTZE, Peter C. Alexander (1998): *Kluge: the last modernist: Cinema Impure: An Eclectic Modernist Style*. Detroit: Wayne State University Press.
- NEGT, Oscar; KLUGE, Alexander (1999): *O que há de político na política?: relações de medida em política – 15 propostas sobre a capacidade de discernimento*. (Tradução João Azenha Júnior). São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU).
- NEGT, Oscar; KLUGE, Alexander (1993): *Public sphere and experience: toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. Minnesota: University of Minnesota Press.

- RAMOS-de-OLIVEIRA, Newton (1998): “Reflexões sobre a vida danificada”. In: Zuin, A. A. S. (Org.). *A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação*. 2. ed. Petrópolis/Vozes; São Carlos/UFSCar, 13-44.
- ROLDAN, Eugenia (2017): Alexander Kluge y Theodor W. Adorno: Industria Cultural, Cine y Contraesferas Públicas. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 39, n. 4, 197-218, dez. 2016.
- RUSCHEL, Maria Helena (1995): “Glossário”. In: Adorno, Th. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 237-253.
- SUAREZ, Rosana (2005): “Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural)”, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 112, Dez, 191-198.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2005000200005>. Acesso em: 05.05.2019.
- TÜRCKE, Christoph (2010): *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Editora da Unicamp.
- WEBER, José Fernandes (2006): “Bildung e educação”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, UFRGS, 31(2), 117-134,
Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3172/317227044008/>. Acesso em: 30.07.2018.
- WOOD, Ellen Meiksins (1996): “Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna”, *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 118-127.
- ZUIN, Antônio Álvaro Soares; GOMES, Luiz Roberto (2019): A formação da subjetividade na Idade Mídia. *Revista Eletrônica de Educação*, UFSCar, v. 13, n. 2, 377-387.
Disponível em:
<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3350/828>.
Acesso em: 25.06.2019.
- ZUIN, Antônio Álvaro Soares; ZUIN, Vania G (2017): “A atualidade do conceito de semiformação e o renascimento da Bildung”, *Espaço Pedagógico*, v. 24, n. 3, Passo Fundo, 420-436. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 15.05.2018.
- ZUIN, Antônio Álvaro Soares (2001): “Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural”, *Cadernos. CEDES* [online]. Campinas (SP), vol. 21, n. 54, 9-18.
Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000200002>. Acesso em: 10.05.2019.